



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FRANCISCA JÔACIA DOS SANTOS BESERRA

**O USO ABUSIVO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS COMO TENTATIVA
DE MINIMIZAR OS SOFRIMENTOS DO COTIDIANO**

Juazeiro do Norte
2020

FRANCISCA JÔACIA DOS SANTOS BESERRA

**O USO ABUSIVO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS COMO TENTATIVA
DE MINIMIZAR OS SOFRIMENTOS DO COTIDIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para a obtenção do
grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

FRANCISCA JÔACIA DOS SANTOS BESERRA

**O USO ABUSIVO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS COMO TENTATIVA
DE MINIMIZAR OS SOFRIMENTOS DO COTIDIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito
para obtenção de grau de Bacharelado em
Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

SILVIA MORAIS DE SANTANA FERREIRA
Orientador(a)

FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR
Avaliador(a)

MARIA DO CARMO PAGAN FORTI
Avaliador(a)

O USO ABUSIVO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS COMO TENTATIVA DE MINIMIZAR OS SOFRIMENTOS DO COTIDIANO

Francisca Jôacia dos Santos Beserra¹

Silvia Moraes de Santana Ferreira²

RESUMO

Este artigo aborda o tema do uso abusivo de medicamentos na atualidade, com o intuito de promover uma reflexão sobre o uso destes, identificando quais fatores estariam associados. Desta forma tem-se como objetivo geral analisar o uso abusivo de psicotrópicos como tentativa de minimizar o sofrimento psíquico causados pelas exigências do cotidiano na sociedade atual. Com base em um estudo de cunho bibliográfico de delineamento explicativo, acerca do tema abordado, utilizou-se como critérios de escolha, materiais disponíveis em plataforma eletrônicas, na forma de periódicos, artigos teses e monografias, em português, publicados nos últimos 10 anos. Inicialmente aborda-se a questão que a sociedade atual não se permite mais sentir-se mal ou apresentar comportamentos evidenciados como desviantes, em que se enquadram a tristeza, melancolia, e acabam utilizando os medicamentos de forma abusiva para amenizar e também padronizar seu comportamento como a maioria da sociedade. Conclui-se que medicalizar é a forma mais rápida de se obter satisfação e amenizar esse sofrimento. Sendo assim, se faz imprescindível discutir tanto as posturas dos profissionais da saúde, bem como dos pacientes e, por isso, faz-se necessário ampliar pesquisas a esse respeito, já que esse fenômeno tem se tornado cada vez mais naturalizado na sociedade atual.

Palavras-chave: Medicalização, sofrimento psíquico, psiquiatrização da vida, psicologia

ABSTRACT

This article addresses the topic of drug abuse today, in order to promote a reflection on the use of these drugs, identifying which factors are associated, thus the general objective is to analyze the abuse of psychotropic drugs in an attempt to minimize the psychological suffering caused by the demands of everyday life in today's society. Based on a bibliographic study with an explanatory design, on the topic addressed, the selection criteria used were materials available on electronic platforms, in the form of periodicals, thesis articles and monographs, in Portuguese, published in the last 10 years. Initially, the issue is addressed that the current society no longer allows itself to feel bad or present behaviors that are shown to be deviant, in which sadness, melancholy fall, and end up using drugs in an abusive way to soften and also standardize their behavior as the majority of society. We conclude that medicalization is the fastest way to obtain satisfaction and alleviate this suffering. Thus, it is essential to discuss both the attitudes of health professionals, as well as patients and, therefore, it is necessary to expand research in this regard, since this phenomenon has become increasingly naturalized in today's society.

Keyword: Medicalization, psychological distress, psychiatry of life

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joaciapsi@hotmail.com

²Especialista em Gestão de Pessoas pelo FACEX/RN. Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: silviamorais@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o tema do uso abusivo de psicofármacos na atualidade, com o intuito de promover uma reflexão sobre o uso destes, identificando quais fatores estariam associados, e desta forma analisar sua correlação com as exigências do cotidiano na sociedade atual.

O uso abusivo de medicamentos claramente está caracterizando a sociedade atual, considerando-se como premissa que o mal gerador do sofrimento de modo geral precisa ser eliminado. Para se alcançar esse patamar imposto pela sociedade que condiciona a humanidade a um estado de felicidade constante, o processo de medicalização tem se intensificado por se caracterizar como um meio mais eficaz e rápido para aplacar esses problemas do cotidiano que geram sofrimento psíquico. O consumo indiscriminado de psicotrópicos alia-se a ideia de amenizar o sofrimento psíquico e alcançar assim uma felicidade plena e durável, deste modo, não se pode permitir sentir algo que se oponha a isso (DANTAS, 2009).

Ademais, as exigências da realidade atual promovem até certo ponto sofrimento na população devido as cobranças externas e internas, demandas que nem sempre se consegue ou se está apto a resolver. Desta forma, é notório como assustadoramente cresce o consumo de medicamentos para alívio de sintomas, podendo-se citar os associados a depressão e ansiedade, por exemplo (XAVIER, 2010). Da mesma maneira, impera a ordem do momentâneo, em que se requisita conseguir instantaneamente o que almejamos, e da mesma forma também se espera atingir um modelo idealizado (PELEGRINI, 2003).

Desta maneira surgiu o interesse em aprofundar os conhecimentos da pesquisa acerca dessa temática, com o intuito de promover uma reflexão acerca da real necessidade do uso destes e analisar outros meios além da medicação, já que este último também promove e movimenta o crescimento da indústria farmacêutica. Este tema também se faz relevante a nível social e acadêmico, por tratar diretamente de questões pertinentes a saúde mental e ao sofrimento psíquico, permitindo uma maior compreensão acerca do assunto e possibilitando pensar em ações de intervenção bem como dando espaço para futuras pesquisas e aprofundamento sobre o assunto em questão.

Mediante o exposto, tem-se como objetivo geral analisar o uso abusivo de psicotrópicos como tentativa de minimizar o sofrimento psíquico causados pelas exigências do cotidiano na sociedade atual. Por meio de levantamento bibliográfico acerca da literatura que trata do assunto. Como objetivos específicos pretende-se: refletir acerca da real necessidade do uso dos psicotrópicos; identificar os fatores correlacionados ao aumento do sofrimento psíquico e consequentemente, identificar os reais fatores do aumento do consumo de psicofármacos.

A seguir, será apresentada a metodologia usada para desenvolvimento da pesquisa, em seguida a discussão sobre os resultados encontrados. Com intuito de melhor ilustrar a temática proposta, dividiu-se a discussão em três tópicos: no primeiro tópico desenvolveu-se conceitos gerais acerca do fenômeno da medicalização, apresentando as características que tem marcado a sociedade atualmente.

No segundo tópico são abordadas questões pertinentes ao processo de psiquiatrização da vida, com o qual temos nos deparado desde meados do século XIX e XX, conforme aponta Figueira e Caliman (2014). No terceiro tópico retrata-se o que tem configurado sofrimento no mundo contemporâneo, seguido das considerações finais. Encerrando, com a exposição das referências usadas para essa pesquisa.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de revisão bibliográfica, ou seja, oriundas de fontes já publicadas acerca da temática abordada (MARKONI; LAKATOS, 2017), correspondendo assim ao delineamento explicativo em razão de possuir a finalidade de identificar as causas que originam ou colaboram para os acontecimentos (GIL, 2019), que foi elaborada a partir de literaturas já publicadas que versam acerca do uso de medicamentos como mecanismos de alívio do sofrimento.

As plataformas utilizadas para busca foram o Scielo- Scientific Eletronic Library Online e o Google Acadêmico. As palavras chaves utilizadas para acessar os materiais virtuais foram: medicalização do sofrimento, medicalização da vida, sofrimento psíquico, psicofármacos, sociedade atual, sociedade moderna.

Os critérios de escolha dos artigos que fundamentaram esse trabalho foram aqueles publicados nos últimos 10 anos, ou seja, a partir de 2010, no idioma português e de livre acesso, que atendessem a temática proposta. Excluindo-se os que não respondiam aos objetivos deste. O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de abril a início de junho do ano de 2020.

3 O FENÔMENO DA MEDICALIZAÇÃO

O conceito de mal-estar enunciado por Freud (1930 apud BIRMAN, 2012) refere-se à modificação do homem do “campo da natureza para a cultura”, desta forma o mal-estar gerado por este conflito seria insuperável. Na contemporaneidade, a ideia de que este mal estar poderia ser tratado como doença, se alia a de que haveria um medicamento específico para cada tipo de

doença. E consequentemente transforma o uso destes em expectativas de que haveria um fármaco adequado para eliminá-lo (KAMERS, 2013).

Desta forma, a sociedade atual é marcada pela busca incessante pelo prazer imediato, em que sentimentos como tristeza, angústia e ansiedade inerentes ao homem, não são aceitos. Não se reconhece mais a dor e a frustração enquanto sentimentos pertencentes ao percurso natural que levaria a alegria e ao prazer, haja vista que é quase que um dever estar feliz, mesmo que de forma ilusória; desse modo são usados meios para se alcançar a felicidade almejada e reduzir a insatisfação (LOPES, 2013).

Outra característica que tem se apresentado na sociedade atualmente, diz respeito ao modo como se desenvolvem as relações entre os indivíduos, em que se nota que as pessoas são vistas como objetos, e caso não consigam trazer a satisfação instantaneamente, são facilmente descartadas ou substituídas. Além disso, com o avanço das tecnologias, principalmente o uso da internet, tem-se percebido que há uma exposição exacerbada da vida íntima, em que fatos da vida pessoal tem tomado grandes proporções ao serem expostas ao público, através de publicações em redes sociais, e desse modo gera preocupação do que expor, uma vez que nem sempre condiz com a realidade e igualmente provoca sofrimento (MELO; RIBEIRO; MOREIRA, 2015) .

Segundo Freitas e Amarante (2017) em muitas ocasiões corriqueiras da vida, vale-se da ajuda médica, psiquiatra ou de outro profissional da saúde, em momentos em que se está doente, parece claro, mas também vê-se um aumento na procura, quando se quer está bem ou ficar ainda melhor, o que é considerado como sinônimo de felicidade, e garantir assim, o categórico bem-estar físico e de saúde, preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Além disso, a ideia de utilizar um determinado medicamento intervém diretamente sobre a capacidade de autonomia dos sujeitos sobre a sua respectiva saúde uma vez que é dado à categoria médica e também a certas instituições um grande poder sobre a vida dos pacientes, retirando consequentemente a independência destes sobre suas vidas. Deste modo, faz-se necessário agir em oposição e assim promover a desmedicalização das relações interpessoais. Devemos levar em consideração que se trata de um fenômeno muito complexo, atravessado por inúmeros processos históricos e sociais, portanto, não se trata de tirar o poder médico e transferi-lo para as mãos dos pacientes, mas sobretudo, de conceder atenção à ação política e também individual de todos que estão envolvidos, ou seja, o profissional, o paciente e suas práticas de modo integrado, ao que concerne as relações de poder (CARVALHO et al, 2015).

Para Conrad (2007 apud CAMARGO JUNIOR, 2013) O fenômeno da medicalização trata-se da modificação de problemas anteriormente não considerados a partir do saber médico

em problemas de saúde na qualidade de transtornos ou mesmo doenças. Estes problemas sociais e também políticos são tomados como biológicos, sendo assim classificados na qualidade de doença ou transtorno, e logo tratados através do uso de medicação ou similares, ou seja, são tomados individualmente, deixando-se de lado a questão social e econômica, que tem efeitos intrinsecamente ligados a essas questões.

Segundo Teodoro (et al, 2019), tais eventos provém, em certo grau, do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), atuando como importante ferramenta que assessora e também induz no fechamento do diagnóstico o que, no passado, era realizado por meio da análise minuciosas de quadros psicopatológicos. Por outro lado, o DSM, tem uma versão contemporânea, em que mediante uma lista de sintomas vigentes na vida das pessoas, identifica e classifica os transtornos, o que poderá facilmente confundir um quadro de tristeza normal com um transtorno depressivo, já que não se leva em consideração o contexto em que o sintoma surge. Kamers (2013) afirma que há um fundamento subentendido no DSM-IV por exemplo, revelando a ideia de que há uma modificação na metodologia psiquiátrica, em que é a fabricação dos psicofármacos que origina a produção dos diagnósticos.

Por conseguinte, vê-se o crescimento acelerado da indústria farmacêutica, sendo considerado o segundo setor mais lucrativo no mundo (SANTOS; FARIAS, 2010; ST-ONGE apud LORENZO; GARRAFA, 2010). É nesse cenário que se pode observar que os medicamentos são elevados ao nível de produto a ser consumido, por meio de dados estatísticos, muitas vezes eticamente questionáveis, já que são por eles patrocinados (CAMARGO JUNIOR, 2013).

Segundo o Dício (dicionário online, 2018) o termo psicotrópico refere-se a certo tipo de medicamento, cujas substâncias atuam de forma direta no Sistema Nervoso Central, dessa forma os seus efeitos podem ser percebidos através de variações de humor, compreensão da realidade e maneira de se comportar.

É notável o crescente consumo destes na sociedade atual, tendo em vista as novas exigências desta, do ritmo acelerado, das circunstâncias potencialmente estressoras e difíceis, demasiadas atividades e, em decorrência disto, as pessoas tem recorrido ao uso em certas ocasiões abusivas desses medicamentos para amenizar a ansiedade surgidas nesses contextos. Isto tem gerado preocupação quanto a utilização por tempo continuado e extenso (NASÁRIO; SILVA, 2015).

É preciso considerar que os psicotrópicos colaboraram muito para amenizar algumas manifestações de sofrimento oriundas de transtornos mentais, dentre as quais podemos mencionar, a psicose. Em contrapartida, tem-se percebido uma predisposição acelerada de

medicalizar qualquer irregularidade, alteração ou dificuldade, em que cada anormalidade se baseia numa explicação e consequentemente numa resposta medicamentosa: para a tristeza, utiliza-se antidepressivos, para a ansiedade, tranquilizantes, e assim por diante (WINOGRAD, 2010).

4 PSIQUIATRIZAÇÃO DA VIDA

Em meados dos séculos XIX e XX, começou a surgir um discurso higienista, com explicações biológicas e médicas para tratar de comportamentos que se desviassem do considerado normal e aceitável para a maioria da população. Logo, sentimentos como tristeza ou melancolia, caracterizavam-se como irregularidades. Foi neste cenário que a Psiquiatria inicialmente configurou-se como área da higiene que tratava de retirar do convívio social os que apresentassem comportamentos indesejados (FIGUEIRA; CALIMAN, 2014).

Segundo Tavares (2010, p. 17):

se levarmos em consideração que a perspectiva biologizante (medicamentos) pressupõe um ideal de normalidade (normatização) que desconsidera as particularidades subjetivas individuais, isto por fim só acaba por reafirmar a alienação do indivíduo diante de si mesmo e diante de suas próprias condições e características subjetivas que o individualizam como sujeito. Deste ponto de vista, as perspectivas biologizantes da subjetividade têm no cenário atual uma função normatizadora que se propõe a trabalhar a dimensão do sofrimento humano predominantemente por meio de intervenções químicas. A alienação do sujeito tende a se confirmar no interior do próprio tratamento que lhe é comumente oferecido de início, pois a perspectiva normatizadora do indivíduo tem como ideais os mesmos axiomas vigentes na cultura contemporânea.

Desta forma a Psiquiatria apresentava-se como um ramo que atuava para proteger a população contra os perigos que esses comportamentos ou doenças pudessem causar a sociedade em geral. (FOULCAULT, 2010 apud FIGUEIRA; CALIMAN, 2014). O que no passado culminou em inúmeras violências e até mortes devido ao modelo de tratamento psiquiátrico da época, as pessoas tidas como doentes mentais sendo estas pessoas indesejadas, homossexuais, prostitutas, crianças, mulheres que perderam a virgindade antes de se casar. Ao serem internadas tinham suas cabeças raspadas, sem condições mínimas de sobrevivência bebiam xixi, comiam ratos, já que o objetivo era segregar e isolá-los da sociedade. (ARBEX, 2013).

Nesse contexto, cabe apresentar um fragmento da carta de Artaud (1979, apud SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 23) dirigida aos “diretores de asilos de loucos”:

Não pensamos em discutir aqui o valor dessa ciência, nem a duvidosa existência das doenças mentais. Porém, para cada cem pretendidas patogenias, onde se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações, onde as mais vagas são também as únicas utilizáveis, quantas tentativas nobres se contam para conseguir melhor compreensão do mundo irreal onde vivem aqueles que vocês encarceraram?

O autor da carta, Artaud foi internado em vários manicômios franceses, e nesta carta denuncia abusos de poder cometido contra os considerados desviantes das normas instituídas, apontando a realidade excludente que separa e segrega em categorias marginalizadas da sociedade que não podem ser expostas ao perigo, e desta forma classificam as pessoas em algum tipo de transtorno, e imediatamente são submetidos a algum tratamento específico e químico através do uso de medicação (DURANTE, 2012).

Levando em consideração o panorama anteriormente mencionado acerca da normatização das pessoas através da utilização de medicamentos, cabe apresentar uma relação com a indústria farmacêutica que cada vez mais produz medicamentos prometendo amenizar e reduzir esses males, padronizando os comportamentos, aliado a ideia de que a tristeza, a dor deve ser evitada, e que isso pode ser alcançado pelo uso desses medicamentos apresentados como inofensivos, omitindo-se os efeitos colaterais que robotizam, medicalizando a individualidade dos sujeitos (SOALHEIRO; MOTA, 2014).

Em consequência disto, costumeiramente, associa-se o fazer, sentir ou pensar a conceitos preexistentes acerca do que seja considerado saudável ou patológico. O que da mesma forma que oferece segurança em tornar a prática médica próxima do cotidiano, e desse modo se perceber sempre na condição de pacientes, logo a segurança que isso promovia pelo fato de ser enquadrado como normal, está suscetível a sofrer transformações de valores, uma vez que diariamente é visto em noticiários, indica-se que algo passou a ser considerado como patológico ou ofensivo a saúde, e diante desse fato, também é apresentado maneiras de abrandá-los ou até mesmo solucioná-los. E novamente alterna-se entre a segurança e o medo. Nesse contexto, elementos próprios à condição de ser humanos, ganham novas titulações: por exemplo, a angústia, se transforma em um transtorno de ansiedade, o que claramente caracteriza o processo de medicalização, ao qual a sociedade está imersa atualmente (FREITAS; AMARANTE, 2017).

Além disso, como esclarece Zanella (et al. 2013) a crescente nomenclatura de sintomas estabelecidas no DCM, percebidas a cada nova atualização, aumenta o enquadre de pessoas em alguma desordem. O que torna mais difícil que se permita vivenciar o sofrimento de modo verdadeiro e fidedigno, sem que de algum modo se encaixe em um dessas descrições e

rotulações. Dessa forma aumenta o controle do social por meio da medicação, e a indústria farmacêutica parece aproveitar-se para colocar-se mais e mais no mercado. Sendo assim ressalta-se a importância do conhecimento para promover questionamentos e possivelmente romper com essa lógica que permeia o pensamento da sociedade moderna.

Ainda conforme Freitas e Amarante (2017) antigamente a lei e a religião tinham uma função determinante e dominante na vida das pessoas, o que atualmente foi alterado pelos ideais biomédicos, e assim assumem uma função significativa no controle das vidas da sociedade de modo geral. E desse modo a medicina atua como responsável pelo adoecimento, já que medicalizam aspectos mais simples e naturais da experiência humana.

5 SOFRIMENTO PSÍQUICO

O sofrimento sempre esteve presente na sociedade, contudo tem encontrado nas transformações sofridas na contemporaneidade, uma nova configuração em que emerge em formas inéditas de vida e trabalho, em suas condições muitas vezes precárias, camuflam-se e alojam-se nessas espaços de precariedade, fazendo com que haja a perda de objetos sociais, ideais, desejos, sonhos (WERLANG; MENDES, 2013).

Na atualidade manifestam-se outras formas de sofrimento psíquico, no qual o sujeito, apresenta-se dividido, ansioso, depressivo, egocêntrico, em que a causa do sofrimento devem ser resolvidas de maneira imediata (ARAÚJO, 2012). Além disso, “nesta sociedade, o sofrimento está intrinsecamente ligado à noção de doença. Análise efetivada com pacientes em psicoterapia mostra que se tornou mais fácil falar que se tem uma doença do que se dizer que está sofrendo” (MELO; RIBEIRO; MOREIRA, 2015, p. 53). E assim como afirma Silva (2012) nos últimos anos, os psicotrópicos assumem um lugar elevado no tratamento em saúde mental, em que deixa de lado a comunicação entre a Psicologia e a ciência médica.

De acordo com Silva (et al. 2012) é corriqueiro perceber que as pessoas diagnosticadas com a depressão, por exemplo, na maioria das vezes já se encontram em algum tratamento prévio de psicofármacos, muitas vezes, utilizados como método único para amenizar o seu sofrimento. Vale ressaltar que a depressão atualmente configura-se como um dos males que mais assolam a sociedade atual. É somente quando o uso dessas medicações não conseguem promover o alívio esperado, que se recorre então a um atendimento psicológico realizado de forma espontânea ou em virtude de algum encaminhamento solicitado por um profissional de outra área, no qual se demanda do psicólogo, além dos aspectos da depressão em si, também os efeitos colaterais decorrentes do uso do próprio medicamento, que agravam e intensificam

sentimentos como cansaço físico e mental, apatia, pessimismo, por exemplo, o que ratifica a ideia de padronização, esquecendo-se de levar em consideração a singularidade de cada sujeito (TAVARES, 2010).

Segundo a OMS (2013), calcula-se que a depressão atinge aproximadamente 350 milhões de pessoas, em que a taxa de predominância se modifica entre 8% e 12%, atuando assim como a líder no que diz respeito a incapacitação das pessoas de modo global, é apontada como a terceira principal razão da quantidade mundial de doenças no ano de 2004, e estima-se que no ano corrente atingirá o primeiro lugar.

No Brasil, pesquisas sobre a predominância de transtornos mentais em adultos revelam proporções que giram em torno de 20 a 56%. Entre eles predominam os transtornos de ansiedade, de humor e o consumo abusivo de álcool (SANTOS; SIQUEIRA, 2010). Segundo Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), o aumento desses dados se deve em certa medida, ao acesso das pessoas aos serviços de saúde, e como já mencionado, também ao processo de biologização que o sofrimento psíquico tem assumido na atualidade.

Em contrapartida, tendo como pressuposto que o sofrimento psíquico fosse representado como dor psíquica, variável da dor física, então o sofrimento poderia ser interpretado como sintoma do ponto de vista biológico e, portanto, o medicamento assumiria um papel fundamental. A depressão, por exemplo, considerada como alteração do neurotransmissor serotonina, no qual o psicotrópico chegaria de modo que a palavra não conseguiria, pois atuaria naquele sintoma específico, aliviando a dor, de modo rápido, mas não o sofrimento (PERRUSI, 2015).

A cultura que se está inserido ressignifica esse sofrimento e também modela as formas como se comporta na sociedade em que se vive. Desse modo, o excesso de diagnósticos, ou seja, nomenclaturas do sofrimento, configura-se pelo uso abusivo de psicofármacos na tentativa de neutralizar aspectos da subjetividade que estão fora do que se considera normal para a maioria (TEODORO et al. 2019).

Segundo Xavier (2010), a maior parte das pessoas que fazem uso desses medicamentos são mulheres de mais idade, de modo duradouro e até em doses acima do considerado aceitável, trazendo a ansiedade e a insônia, problemas no trabalho e em casa como os principais motivos para justificar o uso. Vale ressaltar que o uso destes está muitas vezes associado a abusos, uso impróprio, desconhecimento e até mesmo automedicação o que agrava ainda mais esse quadro e favorece ainda mais esse fenômeno.

O fato de mulheres aderirem mais ao uso de medicamentos, deve-se ao fato de perceberem sintomas com mais facilidade em comparação aos homens, o que faz com que

também procurem os serviços de saúde em maior escala. Além disso, o fato das exigências do sexo feminino com relação a ser mulher, mãe, possuir vínculo empregatício, faz com que o médico adote outros parâmetros ao diagnosticar. (MARCON et al. 2012).

Segundo Cancelli (2012), a disseminação dos medicamentos fez com que tanto o paciente quanto o profissional da saúde, neste caso, o médico, se habituassem a somente a renovar a receita, sem realizar nova avaliação, o que muitas vezes ocorre como requisição do próprio usuário, justificando a necessidade de usar aquele determinado medicamento. O que lamentavelmente corrobora para o uso indevido, pois faz-se necessário haver uma conscientização de ambas as partes sobre os cuidados que se deve adotar ao fazer uso de psicotrópicos.

Estes usuários tornam-se dependentes da medicação e assim requerem um grande número de medicamentos, que poderiam ser, em alguns casos, substituídos ou acompanhados de exercícios físicos, e outras atividades alternativas, com a orientação de profissionais, como os da ESF (Estratégia de Saúde da Família), uma vez que atuam como o primeiro contato da família com as unidades de saúde (XAVIER, 2010).

Ademais, compreende-se que a dependência interfere significativamente na qualidade de vida dos pacientes, podendo causar inúmeros prejuízos, no âmbito social, familiar e também de trabalho, por isso ressalta-se mais uma vez a importância de analisar com cuidado antes de prescrever esses medicamentos (FIRMINO, 2011). Além disso, profissionais alertam a respeito da acessibilidade em conseguir esses medicamentos, embora a liberação seja fiscalizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Da mesma maneira, enfatizam sobre a ausência de orientação médica acerca de cuidados indispensáveis no período em se faz uso destes. Com isso, conclui-se que o uso inadequado envolve outros elementos, em que se pode destacar, as condutas dos profissionais da saúde, como também do próprio usuário (NASÁRIO; SILVA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como pressuposto o estudo realizado, o sofrimento sempre esteve presente na sociedade, e atualmente tem assumido novas configurações a partir dos novos contextos de trabalho e de vida que a tecnologia tem oferecido, como afirma Werlang e Mendes (2013).

Como afirma Perrusi (2015), com as exigências de si mesmo e da sociedade, tem-se cobrado um ideal em que não é tolerável sentir-se triste, visto que é preciso apresentar respostas ágeis, ser produtivo e nesse contexto, não é permitido fracasso e frustrações, e para aplacar e

amenizar sentimentos destoantes disto, recorre-se ao uso de psicofármacos. Nisto, ignora-se que ansiedade, sentimento de tristeza, medo, fazem parte do que nos caracteriza enquanto seres humanos, e o uso de psicotrópicos parece ser a resposta mais rápida e eficaz para que seja possível atravessar esses momentos de fraqueza e alcancemos novamente o bem-estar.

Percebe-se portanto, como afirma Freitas e Amarante (2017) que em muitas ocasiões corriqueiras da vida, vale-se da ajuda médica, psiquiatra ou de outro profissional da saúde, não apenas em momentos em que se está doente, mas também vê-se um aumento na procura, quando se quer está bem ou ficar ainda melhor, o que se pode considerar como sinônimo de felicidade, e garantir assim, o categórico bem-estar físico e de saúde, preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

É importante frisar que não se está negando que há casos em que se faz necessário a intervenção medicamentosa, mas se faz necessário avaliar cada situação particularmente, pois cada ser é único, e, portanto, como afirma Tavares (2010) deve ser levado em consideração tais particularidades, como também garantir que se está fazendo o uso de forma correta ou se há abusos, e até mesmo como aponta Cancelli (2012) estejam simplesmente habituados, em que de um lado o médico prescreve e de outro o paciente utiliza o psicofármaco sem questionamentos mais aprofundados sobre a necessidade, efeitos, etc.

Mas o que se nota também, é uma crescente atualização de transtornos e diagnósticos, que facilmente enquadra alguém em algum momento da vida, nesse ou naquele transtorno. Nesse sentido, o psicofármaco ganha conotação de produto a ser consumido. Como apresenta Soalheiro e Mota (2014) O que tem movimentado a indústria farmacêutica, no sentido de produção cada vez mais aceleradas de medicamentos com a promessa de amenizar e reduzir males que devem ser evitados, porém se omite efeitos colaterais que o uso provoca nas pessoas.

Conclui-se assim, que é preciso refletir acerca dessa realidade presente no mundo contemporâneo, que muitas vezes se torna naturalizado e, portanto, despercebido, o que acaba por corroborar com o fenômeno da medicalização. Espera-se que esta temática além de esclarecer o tema apresentado, possa também desencadear novos questionamentos, com o intuito de ampliar as pesquisas, nos profissionais da saúde mental, comunidade acadêmica e naqueles que se sintam inquietados com as proporções que esse fenômeno tem assumido em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Castro Branco. **O Sofrimento Psíquico na Pós-Modernidade: Uma Discussão Acerca dos Sintomas Atuais na Clínica Psicológica**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. 2012. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0311.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ARBEX, D. Holocausto Brasileiro. São Paulo: **Geração Editorial**. 1ª ed. 2013. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/Holocausto_brasileiro_vida,_genoc%C3%ADdio_e_60_mil_mortes_no_maior_hosp%C3%ADcio_do_Brasil.pdf. Acesso em: 01 jun.2020

BIRMAN, Joel. Subjetividades Contemporâneas. In: BIRMAN, Joel. **O sujeito na Contemporaneidade: espaço, dor e desalento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 844-846, mai. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abril de 2019.

CANCELLA, Danielle Cristina Braga. **Análise do uso de psicofármacos na atenção primária: uma revisão de literatura**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Conselheiro Lafaiete, 2012. 29f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Analise_do_uso_de_psicofamacos_na_atencao_primaria_uma_revisao_de_literatura/460. Acesso em: 23 jun. 2020.

CARVALHO, Sérgio R. et al. Medicalização: uma crítica (im)pertinente? Introdução. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1251-1269, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000401251&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400011>.

DANTAS, Jurema Barros. Tecnificação da vida: discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 563-580, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922009000300011>.

DURANTE, Juliana Cáu. Relações sobre Discurso, Poder e Mudança Social: um Ensaio sobre a Loucura. **Eutomia Rev. de Literatura e Linguística**, v. 1, n. 09, p. 506-526. Jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/viewFile/964/744>. Acesso em: 27 jun. 2020. <https://doi.org/10.19134/eutomia-v1i09p%25>.

FIGUEIRA, Paula Lampe; CALIMAN, Luciana Vieira. Considerações sobre os movimentos de medicalização da vida. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 17-32, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652014000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIRMINO K. F. **Benzodiazepínicos: um estudo da indicação / prescrição no município de Coronel Fabriciano - MG / Karleyla Fassarella Firmino**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FARD-7P5HYM>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em Psiquiatria** [online]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017, 148 p. ISBN: 978-85-7541-578-8. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=nmlmDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=medicaliza%C3%A7%C3%A3o&ots=8KS w1cxziR&sig=Iu_glBl9cpipWVvuc4pWmVNNQ-4&redir_esc=y#v=onepage&q=medicaliza%C3%A7%C3%A3o&f=false. Acesso em: 24 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. Delineamento da Pesquisa. In GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. (sem página). São Paulo: Atlas, 7ª ed. Cap. 7. 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/cfi/6/8!/4/2/6@0:0>. Acesso em: 17.jun.2020.

KAMERS, Michele. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-165, abr. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000100010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 27 jun. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Pesquisa Bibliográfica. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 8. ed. Cap. 2. 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/cfi/6/20!/4@0:0>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LOPES, Bruno César Oliveira. **A Busca da Felicidade e o Bem-Estar no Mundo Pós-Moderno**. Psicologado, [S.l.]. (2013). Disponível em <https://psicologado.com.br/abordagens/psicanalise/a-busca-da-felicidade-e-o-bem-estar-no-mundo-pos-moderno>. Acesso em: 1 jun. 2020.

LORENZO, C.; GARRAFA, V. (2010). Helsinque 2008: redução de proteção e maximização de em interesses privados. In: S. Caponi (Org.). **Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica** (p. 21-35). Palhoça: Unisul.

MARCON, C. et al. Uso de anfetaminas e substâncias relacionadas na sociedade contemporânea. **Disciplinarum Scientia**, v. 13, n. 2, p. 247-263, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/1018/963>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MELO, Ana Karyne da Silva; RIBEIRO, Juliana; MOREIRA, Virgínia. A Noção de Sofrimento: Possível Contribuição da Lente Fenomenológica dos Múltiplos contornos. **Rev. De Psicologia**. Fortaleza, v. 06, n. 1, p. 48-57, jan./ jun. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-877250?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2020.

NASÁRIO, Marcela; SILVA, Milena Mery da. **O consumo excessivo de medicamentos psicotrópicos na atualidade**. Artigo científico apresentado na Pós-Graduação de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Lato Sensu) no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Marcela-Nasario.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PELEGRINI, Marta Regueira Fonseca. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 23, n. 1, p. 38-41, mar/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100006>.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 139-159, junho 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100139&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015017>.

PSICOTÓPICOS. In **Dicio Dicionário Online de Português**. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/psicotropico/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, Élem Guimarães dos; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S004720852010000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852010000300011>.

SILVA, Ana Carolina Pereira da et al. A explosão do consumo de Ritalina. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, n. 2, p. 44-57, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127245>. Acesso em: junho de 2020.

SOALHEIRO; MOTA. Medicalização da vida: doença, transtornos e saúde mental. **Rev. Polis e Psique**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 65-85, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/49807/0>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TAVARES, Leandro Anselmo Todesqui. **A Depressão como “mal-estar” Contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 371 p. ISBN 978-85-7983-113-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/j42t3/pdf/tavares-9788579831003.pdf>. Acesso em:

TEODORO, Elizabeth Fátima; SIMOES, Alexandre; GONCALVES, Gesianni Amaral. **Sofrimento Psíquico na Atualidade: Dos Gadgets ao Sujeito (Con)Sumido**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 35, e35437, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100537&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2020.

VIAPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 175-186, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042018000800175&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s414>.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400009>.

WINOGRAD, Monah. O sujeito das neurociências. **Trab. educ. saúde** (Online), Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 521-535, nov. 2010. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-

77462010000300011&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300011>.

World Health Organization. **Mental health action plan 2013-2020** (online). Geneva: WHO, 2013. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/publications/action_plan/en/. Acesso em: 27 jun. 2020.

XAVIER, Isabel de Rezende. **O Uso Prolongado de Benzodiazepínicos e suas Complicações: Uma Revisão de Literatura**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, 2010. 28f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2628.pdf>. Acessado em: 04.jun.2020.

ZANELLA, Michele et al. Medicalização e saúde mental: Estratégias alternativas. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 15, p. 53-62, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602016000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2020.
<http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0132>.